A linguagem do raciocínio[§]

Alec Fisher

tradução de Rodrigo Castro
retirado do livro *A lógica dos verdadeiros argumentos*, *in*: Um método geral para a análise de argumentos, cap. 2 (Novo Conceito, 2008)
Crítica
13 de março, 2008

ISSN 1749-8457

No Capítulo 1, analisamos vários *exemplos*; a maior parte argumentava a favor de uma ideia e nós os usamos para expor várias lições sobre o raciocínio. Tendo oferecido ao leitor uma amostra da análise de argumentos, apresentaremos agora um método *geral* de análise e avaliação de argumentos. O método subjaz ao que ficou dito no Capítulo 1, e o leitor que tentou realizar aqueles exercícios deve agora estar pronto para, deixando de lado o enfoque fragmentado, deparar-se com uma lição teórica.

O método a ser descrito aplica-se a qualquer raciocínio, ou argumento, na forma como ocorre na linguagem natural — no nosso caso, o português. Começaremos descrevendo como reconhecer contextos nos quais ocorre raciocínio (i.e., vamos dizer quais são as "pistas linguísticas"). Depois, descreveremos como descobrir e apresentar a *estrutura* de um pedaço de raciocínio (saber se estamos ou não diante de uma "cadeia" de razões, etc.). Ao final, explicaremos, na medida do possível, como decidir se o raciocínio é ou não correto.

Por enquanto, não faremos mais do que *esboçar* o método. Faremos isso de forma a permitir que suas linhas gerais sejam traçadas com clareza, podendo assim ser apreendidas facilmente. Introduzir um número excessivo de qualificações neste momento poderia tornar obscura a simplicidade básica do método: se ele estiver correto, o lugar adequado para desenvolvê-lo e refiná-lo é onde surgem os problemas — na sua aplicação aos exemplos específicos — e é isso o que pretendemos fazer. Nos capítulos subsequentes, o esqueleto básico será expandido e preenchido à medida que surgir a necessidade. Pretendemos fazer isso à medida que mostrarmos como aplicar o método em vários exemplos instrutivos.

Quase todos os argumentos estudados neste livro foram *realmente usados* por alguém que pretendia convencer outrem a respeito de um determinado assunto. São todos verdadeiros argumentos — não se trata dos argumentos "inventados" com os quais operam geralmente os pesquisadores de lógica. Foram retirados de várias fontes, desde textos clássicos a jornais. E vêm de várias áreas, apesar de, em sua maioria, terem relação com questões das ciências sociais, de algumas ciências naturais e da filosofia.

[§] Versão do texto editada sob a responsabilidade do professor Roque Caiero. Sublinha-se que esta versão editada do texto deve ter uso estrito quanto às atividades acadêmicas ou escolares concernentes às disciplinas próprias constituintes das matrizes curriculares das graduações relativas a Universidade Federal do ABC e, eventualmente, em seminários acadêmicos associados a Universidade Federal do ABC.

A linguagem do raciocínio: algumas pistas

Claro que utilizamos a linguagem para muitos outros fins que não o raciocínio. Usamo-la para relatar eventos, contar piadas, realizar convites, narrar histórias, fazer promessas, dar ordens, fazer perguntas, comunicar instruções, evocar emoções, descrever coisas, entreter, e mil coisas mais. (Cabe notar já neste ponto inicial do livro que limitamos nossa atenção a uma área bastante específica da atividade humana, apesar de essa ser uma área de importância muito geral.) Cada uma das atividades mencionadas acima emprega a sua linguagem própria — uma linguagem que nos ajuda a entender o que está acontecendo. Por exemplo, a expressão "Você já ouviu aquela do...?" costuma ser usada para assinalar que se segue uma piada (e não um relato verídico, etc.). "Você gostaria de me acompanhar no...?" é uma forma bastante usada de fazer um convite. A expressão "Não faça isso, senão...!" costuma ser usada para comunicar uma ameaça, e assim por diante. Obviamente, essas mesmas expressões podem ser usadas para fins bastante diferentes, e conhecer o contexto no qual são proferidas é um fator geralmente essencial para que se possa compreendê-las. Seria algo muito complicado determinar como, em termos genéricos, se pode reconhecer uma piada ou uma ameaça ou o que quer que seja (cf. *Quando dizer e fazer*, de J.L. Austin). E ninguém deveria ficar surpreso com o fato de a linguagem do raciocínio ser também complexa. Mas há várias coisas úteis que se pode dizer.

Para concentrar nossa atenção no raciocínio, será preciso descrever como identificar os contextos nos quais há raciocínio. Lembre-se, raciocinar ou argumentar a favor de algo consiste em oferecer fundamentos ou *razões* a favor de *conclusões*, e as razões são apresentadas a fim de *sustentar*, *justificar*, *estabelecer, provar* ou *demonstrar* a conclusão. (O autor tenta *convencer* seu público por meio do raciocínio.) Nas linguagens naturais nem sempre é fácil dizer quando se apresenta um argumento (lembre-se de alguns dos exemplos do Capítulo 1), mas todos os argumentos têm uma conclusão e, em português, a conclusão vem frequentemente assinalada pela presença de uma das seguintes palavras ou expressões, a que chamamos "indicadores de conclusão":

Indicadores de conclusão	
Logo ...	concluo que ...
Portanto ...	segue-se que ...
dessa forma ...	... o que implica que ...
Assim ...	... o que nos permite inferir que ...
Consequentemente ...	... deduz-se disso que ...
o que prova que ...	... estabelece o fato de que ...
justifica a crença de que ...	... demonstra que ...

Não estamos dizendo que, *independentemente* do contexto em que apareçam essas palavras ou expressões, segue-se uma conclusão, mas que costumam *indicar* a presença de uma conclusão. Essas palavras e expressões são pistas linguísticas sobre o que pretende fazer num

determinado texto. Algumas vezes, é claro, contam com um uso bastante diferente do esperado. Exemplos: "Ele jantou e *logo* saiu para passear", "Você não vai ficar bravo *dessa forma,* vai?", "Um carro *assim* eu nunca vi". Os indicadores de conclusão listados acima, e outros semelhantes a eles, são apenas marcadores. Não se pode olhá-los de forma mecânica em busca de conclusões: geralmente, é preciso discernimento para decidir se um dado indicador assinala realmente a presença de uma conclusão. Obviamente, as conclusões são apresentadas algumas vezes sem indicadores de conclusão. Nesse caso, o contexto mostrará que se trata de uma conclusão.

Todos os argumentos também incluem a apresentação de fundamentos ou *razões* a favor da sua conclusão. Uma razão é geralmente apresentada como *verdadeira* e como *uma razão* a favor de uma conclusão. (Para fins de simplicidade, começamos com exemplos nos quais as razões são *apresentadas como verdadeiras* e restringimos o uso do termo "razão" para tais casos. No entanto, no Capítulo 8, pretendemos ampliar o sentido do termo para incluir razões que *não* são apresentadas como verdadeiras, mas que "se admitem para fins de argumentação".) Entre as palavras e expressões usadas em português para assinalar a presença de razões — e que chamaremos de "indicadores de razões" —-, incluem-se as seguintes:

Indicadores de razões	
porque ...	a razão é que ...
pois ...	já que ...
uma vez que ...	em primeiro lugar, ..., em segundo lugar .... (etc.)
segue-se do fato de que ...	pode ser inferido do fato de que ...

Repita-se: não estamos dizendo que, *independentemente* do contexto em que essas palavras e expressões forem usadas, haverá uma razão, mas que costumam *indicar* a presença de uma razão. E servem como marcadores capazes de nos permitir, com a ajuda de um pouco de discernimento, localizar as razões. Mais uma vez, há a possibilidade de que as razões sejam apresentadas sem os indicadores de razões, mas o contexto indicará a presença de uma razão.

É conveniente ter uma expressão para referirmo-nos tanto aos indicadores de razões quanto aos de conclusão. Em vista disso, chamaremos ambos de "indicadores de inferência" ou "indicadores de argumento".

Alguns fatores complicadores

(i) Os contextos pelos quais nos interessamos são aqueles em que um autor ou falante expõe alguma asserção, a conclusão, como algo fundamentado ou justificado por outras asserções, as razões. Então, para decidir se uma dada asserção é uma conclusão ou uma razão, será preciso recorrer exclusivamente às intenções aparentes do autor — a forma como esse autor expressou-as. Não interessa saber se as asserções são *verdadeiras* ou *falsas*, e nem importa saber se as razões *conseguem* justificar a conclusão: tudo o que nos interessa nesta fase — em que tentamos

identificar o argumento — é saber se o texto apresenta algumas asserções como *razões* a favor de *conclusões*.

(ii) Algumas vezes, ocorrem raciocínios sem o uso de indicadores de inferência para assinalar a presença de razões e conclusões. Nesses casos, por vezes, é difícil decidir se há raciocínio. Pretendemos explicar em breve (pp. 22 e ss.), como tomar uma decisão do tipo. Em termos genéricos, quando se tenta decidir sobre se um trecho de texto contém ou não raciocínio, é aconselhável a adoção do Princípio da Caridade. Esse princípio determina o seguinte: ao considerar como raciocínio um texto que não é um raciocínio *óbvio,* se obtivermos apenas argumentos ruins, então presuma-se que *não* é um raciocínio. (A lógica por detrás dessa abordagem é a de que estamos interessados em descobrir a verdade sobre as coisas e não em vencer embates contra essa ou aquela pessoa.) A omissão de indicadores de inferência pode servir, algumas vezes, como instrumento retórico para fins de ênfase, instrumento esse usado reiteradamente por políticos e por oradores públicos (ver a carta de Weinberger no Capítulo 4).

(iii) Há um importante fator complicador que resulta dos diferentes usos que se pode dar aos indicadores de inferência. Pode-se explicar isso com clareza recorrendo à ambiguidade da palavra "porque", que algumas vezes assinala a presença da razão a favor de uma conclusão, mas que, algumas vezes, assinala a presença de uma *afirmação causal* ou, falando em termos menos técnicos, de algum tipo de *explicação*. Veja esses exemplos:

(1) João quebrou a janela porque tropeçou.
(2) João quebrou a janela porque esqueceu sua chave.
(3) João deve ter quebrado a janela porque era a única pessoa dentro da casa.

Pressupondo o contexto natural em cada caso, resta saber como compreender o que está sendo dito. É claro que nem no caso (1) nem no caso (2) o uso do "porque" assinala uma razão a favor de uma conclusão. Em (1), toda a afirmação é *causal*: o que fez João quebrar a janela foi o fato de ter tropeçado. O enunciado todo poderia ser a conclusão de algum outro raciocínio, mas em si mesmo não expressa, de forma nenhuma, um argumento. Em (2), a frase *explica* a *razão* pela qual João quebrou a janela — explica por que o fez. Mais uma vez, todo o enunciado poderia ser a conclusão de um raciocínio mais amplo, mas, por si só, não expressa um argumento. Em (3), por outro lado, a forma natural de a interpretar exige que consideremos o "porque" um indicador de razão. (O "deve" é outra pista, conforme explicado mais à frente.)

(iv) As chamadas palavras e expressões "modais", como "deve", "tem de", "não pode", "impossível", "necessariamente", e assim por diante, são algumas vezes usadas para assinalar raciocínio. Exemplo:

O motor não pega. O carburador deve estar entupido.

Partindo do pressuposto de que se trata do contexto mais óbvio, a palavra "deve" é usada pelo falante para indicar o fato de estar apresentando uma conclusão. Ele poderia ter dito: "Já que o motor não pega, concluo que o carburador está entupido". E isto teria comunicado mais ou menos a mesma mensagem (apenas de maneira um tanto formal!). Um outro exemplo:

Há muito sofrimento no mundo. Não pode existir Deus.

(v) A conclusão, algumas vezes, não consta do argumento. Exemplo:

> Todos os boxeadores sofrem danos cerebrais, e Smith passou vários anos lutando boxe. (Preciso dizer mais alguma coisa?)

O contexto costuma deixar clara a conclusão almejada. De forma semelhante, as razões acabam por vezes não aparecendo em um argumento apesar de se pressupor que essas razões fazem parte do argumento. Discutimos vários casos desse tipo no Capítulo 1 e pretendemos voltar a esse assunto mais adiante.

Pode-se concluir a partir dos parágrafos (i) e (v) que a linha divisória entre o que é e o que não é argumento não é nítida. Muitas vezes, não há dúvida de que um determinado excerto contém um argumento. De forma semelhante, muitas vezes não há dúvida de que um determinado excerto *não* contém um argumento. Mas, de forma semelhante, muitas vezes não se pode dizer com certeza se um excerto contém ou não um argumento.

Alec Fisher

retirado do livro *A lógica dos verdadeiros argumentos*, de A. Fisher, *in*: Um método geral para a análise de argumentos, cap. 2 (Novo Conceito, 2008)
(A. Fisher. *The logic of real arguments*. Cambridge University Press, 1998)
tradução de Rodrigo Castro
Crítica, 13 de março, 2008
Crítica é uma publicação dedicada à filosofia, fundada em 1997 por Desidério Murcho

ISSN 1749-8457
http://criticanarede.com/